

ESTUDOS ELEITORAIS

VOLUME 14 – NÚMERO 2
MAIO/AGOSTO 2020

BRASÍLIA
TSE
2020

AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA COMO RECURSOS PARA SER E AGIR CONSCIENTE NA PRÁTICA SOCIOPOLÍTICA DO BRASIL

THE CONTRIBUTIONS OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS AS RESOURCES TO BEING CONSCIOUS AND ACTING CONSCIOUSLY IN SOCIO-POLITICAL PRACTICES IN BRAZIL

F. CORDELIA OLIVEIRA DA SILVA¹

RODRIGO DOS SANTOS CAMILO²

¹ Doutora e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB); licenciada em Letras; e professora adjunta IV da UnB. Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso Crítica na graduação e na pós-graduação e coordena o Grupo de Pesquisa “Língua, Discurso e Representação (Gedis)”, registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7957-520X>.

² Doutorando em Linguística e mestre em Linguística na área de Linguagem e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em Revisão de Texto; e graduado em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Pesquisa discursos, representações sociais, ideologias, identidades sociais e brasilidades. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7646-9743>.

RESUMO

Neste trabalho, consideramos que os discursos políticos do Brasil, fruto do Estado democrático de direito, desempenham função vital na estruturação, na organização e na manutenção da vida social. Nosso propósito é apresentar a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) como instrumento de investigação linguístico-social que oferece recursos que possibilitam aos membros da sociedade brasileira entender, refletir e reagir, de forma consciente, aos discursos produzidos pela prática que tem a função de instituir, de manter e de modificar as relações sociais de poder e as entidades coletivas. Conjugamos, neste artigo, a ADC a trabalhos teóricos outros, para apresentar modos como os discursos podem ser manipulados, a fim de pensar estratégias para que os sujeitos sociais possam (re)posicionar-se criticamente e, assim, agir em prol da mudança e da melhoria social.

Palavras-chave: Discurso político. Análise de Discurso Crítica (ADC). Política brasileira.

ABSTRACT

In this study, we consider that political discourse in Brazil, as the fruit of the democratic rule of law state, plays a vital role in structuring, organizing and maintaining a social life. With this, our purpose is to present the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA) as an instrument of linguistic and social investigation that offers resources that enable members of Brazilian society to understand, reflect and react, in a conscious way, to the discourses produced by practice, whose function is to institute, maintain and modify social relations, power and corporate bodies. In this study, we combined CDA with theoretical works to present ways in which discourses can be manipulated, in order to think strategies. In this way, the subjects can critically (re) position themselves and, thus, act in favor of social change and improvement.

Keywords: Political discourse. Critical Discourse Analysis (CDA). Brazilian politics.

1 Introdução

O estudo, aqui apresentado, possui suas bases na dissertação de mestrado de Rodrigo dos Santos Camilo, *Análise Discursiva Crítica da Representação Social de Resistência da Presidenta da República do Brasil em Tempos de Crise*, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB) sob a orientação da professora doutora Francisca Cordelia Oliveira da Silva. Ela se alinha ao projeto de pesquisa Discursos, Ideologias, Identidades e Representações: Práticas Discursivas e Sociais de Exclusão, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Língua Discurso e Representação - Gedis (CNPq). A pesquisa de mestrado objetivou investigar como a atuação do principal agente político brasileiro, presidente da República (responsável pelas funções de chefe de Estado e de governo), constrói sua representação social em relação aos temas que compõem a vida dos cidadãos(ãs) brasileiros(as), ao analisar temas como educação, saúde, economia, segurança e cultura, quando inseridos em um contexto de crise. No recorte aqui apresentado, o foco é discorrer sobre a intersecção entre discurso e política, tomando autores da Análise de Discurso, como Norman Fairclough e Patrick Charaudeau.

Diante desse panorama, empreendemos este trabalho de modo a desenvolver reflexões pautadas em perspectiva linguística crítica, tendo o balizamento teórico fundado em estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC). Nesse escopo, temos como principal meta analisar práticas sociais materializadas em eventos nos quais são produzidos discursos (estes nossos reais objetos de análise). Alinhamos este estudo a tantos outros que têm sido desenvolvidos com o fito de, ao estudar discursos, buscar formas de compreender a realidade que nos cerca, as representações com que convivemos, as identidades propostas/impostas e as ideologias em pauta.

2 Breviário da política brasileira: formação e consolidação

Pode-se compreender a *política*³, a partir de um ponto de vista lato, como: a) a ciência do governo das nações; b) a arte de regular, de organizar, de administrar as relações entre Estados e seus negócios; c) o conjunto de medidas que visam à obtenção de determinado fim; d) a arte de direcionar ou de influenciar a forma de governo pela organização de um partido, pela interferência da opinião pública e pela aliciação de eleitores; e) a habilidade

³ Com base em Houaiss (2007) e Aurélio (2016).

no relacionar-se com outros indivíduos com objetivo de alcançar resultados desejados.

De acordo com Carvalho (2007, p. 19), a principal dificuldade da política do Brasil é constituir-se em um país que promova a combinação de liberdade, de participação e de justiça social. O pesquisador aponta que temos liberdade, uma parcela de participação e muita desigualdade. Para sobreviverem, a liberdade e a participação necessitam produzir igualdade. Nesse sentido, Carvalho (2007) destaca que a política brasileira é marcada por dois importantes períodos. No primeiro, compreendido de 1500 a 1930, encontram-se duas características ligadas à natureza da colonização portuguesa que influenciaram a formação da política do Brasil. De um lado, a coroa portuguesa patrocinou as ocupações e a colonização da terra conquistada, além de exercer a administração da colônia até seu final, por meio da nomeação de vice-reis, de capitães-gerais, de magistrados, de padres e de bispos. Por outro lado, devido à insuficiência de recursos humanos de Portugal, a metrópole não possuía gente suficiente para colonizar a nova terra, nem detinha pessoal qualificado para administrá-la. Por isso, a Coroa, para manter a ordem e o gerenciamento, recorreu à cooperação de potentados rurais, os quais eram responsáveis pela segurança e pelo monitoramento da cobrança de impostos (*ibidem*, p. 24).

Essas duas características, consoante Carvalho (2007), parecem conflitantes, uma vez que expressam um governo, ao mesmo tempo, forte e desprovido de recursos. Todavia, elas propiciaram a construção de um aspecto central da política brasileira: a mistura, o conluio entre o poder estatal e o privado. Tal mistura é denominada de *patrimonialismo*, porque denota que o Estado reparte seu patrimônio entre particulares em troca de colaboração e de lealdade. Nesse tipo de sistema, não há cidadãos, mas súditos inseridos num processo de trocas com o Estado, o qual é regido por favorecimentos. O autor ressalta que o clientelismo e o nepotismo, ainda fortes até hoje, são resquícios do patrimonialismo.

Quando o país tornou-se independente em 1822, Carvalho (2007, p. 25) afiança que a elite política brasileira adotou uma monarquia representativa como forma de governo. Aderiu à monarquia para auxiliar a manutenção da unidade do país em volta da figura do imperador e para sustentar a ordem social; e escolheu ser representativa para atender à oposição aos governos absolutistas, que eram muito fortes desde a Revolução Francesa de 1789.

Esse modo de governança diferenciava-se em relação aos demais da época porque atribuía ao imperador grande poder sobre o ministério. Assim, o

imperador portava-se como chefe do governo e do Estado e selecionava os ministros entre os líderes dos partidos Liberal e Conservador. Os deputados gerais eram eleitos por quatro anos, e os senadores eram eleitos por toda a vida em listas tríplexes (*ibidem*, p. 26). Nesse sentido, Carvalho (2007, p. 26) assinala que as modificações mais importantes iniciadas na República representam a introdução do presidencialismo, da eleição popular do presidente para mandato de quatro anos, e a dos governadores dos estados, conforme o sistema federal então introduzido.

Nesse caminho, a realidade da vida política era muito diferente quando comparada aos dispositivos legais. Carvalho (2007, p. 26) explica que a experiência representativa do Brasil limitava-se apenas às eleições municipais da época colonial, porém os votantes eram somente aqueles considerados “homens bons” (proprietários de terras). Mesmo oferecendo o direito ao voto, o sistema representativo era excludente: mulheres e escravos não votavam, a dependência social da população não permitia que os cidadãos exercessem o direito ao voto com autonomia, e o controle e a pressão das autoridades mascaravam as eleições e seus resultados. Com isso, não se podia falar que, no Brasil, havia democracia representativa nem mesmo após a proclamação da República, já que nela não havia participação popular efetiva.

Muitas mudanças começaram a instaurar modificações na dura realidade política do Brasil, ao ponto de o ano de 1930 se estabelecer como um divisor de águas. A partir desse período, houve grande aceleração nas mudanças, cujas principais causas foram externas: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Comunista (1917) e a Crise de 1929. Internamente, a política dos estados não conseguia mais sustentar o controle sobre as oligarquias descontentes e sobre os setores que eram emergentes nas cidades; os militares revoltavam-se; e movimentos culturais, como a Semana de Arte Moderna de 1922, desafiavam a tradição (*ibidem*, p. 27).

Elucida Carvalho (2007, p. 28) que a entrada do povo na política não ocorreu de forma tranquila. Ela se deu, na década de 1940, por um processo chamado populismo. Além de votar, o povo começou a manifestar-se também por meio de organizações sindicais, nas greves operárias, nos comícios e nas campanhas nacionais. Essa participação sofreu interrupção em 1964 e foi dificultada durante os 21 anos de atuação da ditadura militar. Nesse panorama, o voto não foi suprimido, no entanto, foi eliminado o direito de expressão e de organização, fundamentais à participação política. Ao final do período ditatorial, a participação foi retomada e tomou novas e diversificadas formas.

Esse mesmo autor salienta que o saldo da participação popular contribui para consolidação do Estado democrático. Devido a isso, as instituições, como sindicatos, partidos e imprensa, têm praticado suas atividades livremente; os poderes constitucionais estão, no geral, atuando conforme a lei; e os rituais da democracia – eleições, debates e campanhas – não têm sido impedidos. Apesar de os resultados sociais do exercício da democracia política ainda não serem satisfatórios, é necessário considerar que a prática democrática é recente, marcada por idas, vindas e retrocessos, portanto precisa de tempo para aperfeiçoar-se (CARVALHO, 2007, p. 28-29).

Até aqui, apresentamos um breviário da história política do Brasil, com alguns pontos marcantes de sua formação e das modificações sofridas durante seu percurso. Com isso, podemos compreender melhor as bases nas quais o atual sistema político brasileiro foi estruturado e o abordaremos na próxima seção.

2.1 Presidencialismo e atuação do ator social governante federal

Na contemporaneidade, Cintra (2007) afirma que as democracias não seguem um único caminho na organização de seus governos. Elas podem se configurar em sistemas diferenciados, de acordo com variações nos seus componentes e na forma como eles se combinam uns com os outros. Dessa forma, cada nação democrática tem sua organização política peculiar, construída a partir do enfrentamento dos desafios encontrados ao longo de sua história.

Sendo assim, sobretudo devido ao impulso da ação de democratização das décadas finais do século XX, a temática “sistemas de governos⁴” tem conquistado crescente atenção e notoriedade nos estudos das ciências sociais nos últimos anos. Com isso, os debates sobre os méritos e deméritos do parlamentarismo e do presidencialismo, por serem os sistemas de governo mais adotados entre as sociedades na atualidade, têm sido acirrados. Nesse sentido, por este estudo ser baseado na representação social de uma governante que é fruto do sistema presidencialista, o qual é o sistema de governo exercido no Brasil, conforme promulgado pela Constituição Federal de 1988, focalizaremos, doravante, na explanação desse modo de governo.

⁴ A terminologia “sistemas de governo” para designar presidencialismo, parlamentarismo e modelos híbridos segue a adotada pela Constituição Federal, no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CINTRA, 2007).

De acordo com Bandeira (2015), o regime presidencialista teve sua origem na Constituição norte-americana, de 1787, e foi adotado pelo Brasil desde a proclamação da República, em 1889. Nesse sistema, há separação de Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si. O Poder Executivo é desempenhado pelo presidente da República, que reúne as funções de chefe de Estado e de governo.

No contexto brasileiro, o presidente da República é eleito, simultaneamente com o vice-presidente, por meio do voto direto e secreto do eleitorado, de acordo com o princípio da maioria absoluta, em eleição que pode ser realizada em até dois turnos. Assim, o presidente eleito cumprirá mandato de quatro anos, podendo concorrer à reeleição ao fim do primeiro mandato (BANDEIRA, 2015, p. 32).

O art. 84 da Constituição Federal do Brasil esboça as atribuições do governante federal. Desse modo, como chefe de Estado, algumas de suas funções são: celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeito a referendo do Congresso Nacional; nomear ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais Superiores; nomear magistrados do Tribunal Regional Federal (TRF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE); declarar guerra; e celebrar paz.

No que diz respeito ao papel de chefe de governo, algumas atribuições são: nomear e exonerar ministros de Estado; exercer, com ajuda dos ministros, a administração federal; sancionar e fazer publicar as leis, assim como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; vetar projetos de leis; decretar estado de defesa e de sítio; conceder indultos e substituir penas; exercer comando supremo das Forças Armadas e nomear comandantes e oficiais; enviar ao Congresso projeto de lei com as diretrizes e as propostas do orçamento; prestar as contas referentes ao exercício anterior ao Congresso Nacional; dentre outras.

Com essa exposição, procuramos elucidar as características que configuram o atual sistema político brasileiro e as funções de seu agente de liderança. A seguir, abordaremos o percurso feminino na política do Brasil.

2.2 Mulher na política: a luta pela participação e pela igualdade

Ao longo da história das sociedades, podemos ver que a vida política foi quase sempre produzida e regida por homens. Até os dias de hoje, no fim da segunda década do século XXI, a participação política das mulheres, em relação ao exercício de cargos de governo ou de autoridade, ainda é bem inferior se comparada ao mesmo tipo de participação que os homens exercem. Esse fato pode nos levar a evidenciar que, no contexto político, mulheres no Brasil são pouco representativas do desenho social em que são maioria numérica; são pouco representadas em relação a seus direitos e necessidades específicas como grupo social; e são, por isso, ainda alvo de baixa representatividade.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística (IBGE)⁵, as mulheres representam 51,95% do eleitorado, mas, no Congresso, o percentual é de 10%. A cartilha *+Mulher na Política: Mulher, Tome Partido*, desenvolvida pela Procuradoria Especial da Mulher, com apoio do Ministério Público Federal, relata que, num *ranking* sobre representação feminina, entre 188 países, o Brasil está na posição de número 156 e, quando comparado com outros 34 países das Américas, ele ocupa o 30º lugar (BRASIL, 2016).

Desse modo, direcionando o olhar para a realidade brasileira a partir da qual esta investigação se desenvolve, consideramos que é pertinente trazer a este estudo algumas considerações a respeito da figura feminina na elite política brasileira.

Ao tratar sobre esse tema, Avelar (2001) expõe que a participação das mulheres na vida política, a partir do início do século XX, está relacionada a mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades. Dentre tais mudanças, pode-se apontar: o surgimento de novos tipos de famílias; a quebra dos padrões familiares patriarcais; os novos modos de produção no mundo do trabalho e os seus efeitos nas relações sociais; as conquistas das mulheres no decorrer do século XX; e o desenvolvimento de uma consciência feminista. Essas modificações abalaram fundamentos seculares sobre os quais se assentava a dominação masculina em todas as dimensões da vida pública e privada. Em relação ao Brasil, a autora destaca que as análises sobre as mulheres na política precisam, também, considerar as razões do demorado processo de mudanças políticas no país, especialmente no âmbito dos direitos de cidadania.

⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/participacao-das-mulheres-na-politica-ainda-e-desafio>>. Acesso em: set. 2016.

Afirma Avelar (2001, p. 20) que o direito de voto das mulheres veio somente por decreto do presidente Getulio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932. Porém, a efetivação do voto feminino deu-se em 1946, e uma retomada do ativismo ocorreu nos anos 1970 e 1980, com movimentos sociais estruturados em torno de novos temas, principalmente graças à ascensão educacional das mulheres. Mesmo assim, a dificuldade maior ainda imperava: como formar coalizões em uma sociedade profundamente desigual?

Inúmeras líderes feministas despontaram das universidades, dos movimentos de base da Igreja Católica e de antigos partidos clandestinos. Durante o período de transição (1974-1985), os partidos mantinham o fechamento às representações das mulheres. Foi a construção de uma nova dimensão política, a esquerda, reproduzida pela “política da sociedade organizada”, que favoreceu o posicionamento ideológico das mulheres como grupo social (*ibidem*). De acordo com Avelar (2001), de alguma forma, as mulheres brasileiras seguiam orientações das organizações femininas mundiais. O feminismo foi sendo encarado como tema político, já que possuía diversificação ideológica, pregava reformas progressivas e emancipações, que conduziam à igualdade entre os sexos.

Todavia, segundo essa autora, o ativismo feminino internacional e nacional sofreu grande abalo, devido à crise econômica que se instalou nos países em desenvolvimento, o que trouxe modificações em várias instâncias sociais. Nos países latino-americanos, as desigualdades se agravaram no início do século XXI. Diante da complexidade desse panorama, o mundo das mulheres encontrava-se diverso, os direitos de cidadania comprometidos e as organizações femininas sofrendo refluxo (*ibidem*). Segundo Avelar (2001, p. 24, grifo nosso), há muito ainda para se alcançar em relação à representação e participação política das mulheres. Devido a isso, ela defende que

[...] a questão-chave não é eleger mais mulheres e sim eleger mulheres feministas. O feminismo, como uma ideologia política, é elemento crucial na construção de *identidades políticas femininas* porque é um conjunto estruturado de ideias que guia a ação política. É a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade que os homens; a convicção de que isso é resultante da situação de desigualdade estrutural das mulheres na sociedade, e do reconhecimento de que são necessárias soluções grupais, resultantes da ação coletiva, para a mudança em termos estruturais.

Em decorrência desse percurso, todo o período da República Federativa do Brasil foi marcado pela presença masculina ocupando e exercendo o mais alto e importante cargo político da nação. Esse cenário foi alterado pelo processo eleitoral de 31 de outubro de 2010 e pela consequente posse, em 1º de janeiro de 2011, de Dilma Rousseff, a qual, eleita por voto direto, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência da República. Após o cumprimento de seu mandato, Dilma Rousseff disputou novamente as eleições presidenciais e, no dia 1º de janeiro de 2015, foi empossada para seu segundo mandato como presidenta.

A força e a significação desse evento desencadearam profunda mudança na realidade sociopolítica brasileira. Isso possibilitou rupturas com amarras do passado de uma sociedade machista e excludente em relação à presença e à participação da mulher na vida política; e contribuiu para a consolidação e a legitimação da identidade feminina no que diz respeito ao desempenho de funções e de cargos de liderança e de governança.

A chefe de Estado conseguiu reeleger-se em 2014, com 51,6% dos votos. Porém, em 12 de maio de 2016, Dilma foi afastada de seu cargo por 180 dias, depois de uma votação no Senado Federal. Com isso, foi aberto o processo de *impeachment*. Seu vice, Michel Temer, assumiu, interinamente, a presidência da República. O processo para o afastamento definitivo da presidenta durou nove meses. Nas últimas instâncias, ela chegou a comparecer ao Senado para fazer sua defesa pessoalmente. Entretanto, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi destituída do cargo da Presidência do Brasil por 61 votos dos senadores contra 20, mas o processo preservou seus direitos políticos, resguardando-lhe o direito de candidatar-se a cargos eletivos e exercer funções na esfera pública. Com isso, chega ao fim o governo da primeira presidenta da República do Brasil.

Esse esboço dos principais aspectos da participação feminina na política do Brasil (considerando a função presidente da República) encerra, aqui, nossa contextualização do cenário político no qual todos(as) os(as) cidadãos(ãs) estão inseridos(as) e são participantes. Sendo assim, adiante, traremos a exposição do instrumental teórico-metodológico que nos auxiliará na análise crítica dos discursos selecionados para ilustrar a prática política brasileira.

3 A Análise de Discurso Crítica: instrumento linguístico-social para promover a mudança

Nos anos 1970, emergiu um novo modo de analisar o discurso e o texto, o qual considerava o papel da linguagem na construção das relações de poder na sociedade. Desde 1985, Norman Fairclough, na Universidade de Lancaster, começou a utilizar o termo Análise de Discurso Crítica (ADC) para nomear essa nova abordagem. Dessa forma, ele vem atuando, juntamente com vários outros estudiosos, para o desenvolvimento de um rico construto teórico-metodológico, consolidado ao longo dos anos, que revela a importância de se promover pesquisa social em conexão com estudos linguísticos que consideram o discurso como forma de prática social (WODAK, 2004). Assevera Magalhães (2005) que a ADC proporciona debates de questões que circundam a vida social dos sujeitos, como racismo, discriminações, identidade nacional, controle e manipulação institucional e exclusão social.

Conforme Fairclough (2003), a ADC é ferramenta de pesquisa social crítica que examina as seguintes questões: como a forma com que as sociedades disponibilizam e satisfazem os sujeitos com possibilidades e recursos que dão sentido e completude às suas vidas; como as sociedades criam meios que submetem os indivíduos às desigualdades, à pobreza e à desestabilidade; e quais os percursos que podem produzir mudanças sociais que reduzam esses problemas e melhorem a qualidade de vida das pessoas.

Propõe Fairclough (2001, 2003) que o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, desempenha papel formador sobre as identidades e as relações sociais e sobre os sistemas de conhecimento e de crença. Desse modo, a perspectiva do autor fundamenta-se no entendimento de que a língua é parte essencial da vida social, por estar ligada dialeticamente aos diversos elementos que constituem a vida em sociedade. Por esse motivo, a pesquisa de natureza social deve ser realizada por meio da linguagem, utilizando, para isso, um modo de análise de discurso.

Complementando esse posicionamento, Kress (*apud* PEDRO, 1998, p. 24-25) afirma que analistas de discurso têm por principal objetivo político examinar e discutir as formas textuais, desvelando, assim, as práticas discursivas e trazendo à luz o que antes poderia estar naturalizado ou imperceptível. A partir desse processo, é demonstrada a relação intrínseca que as práticas linguístico-discursivas possuem com as organizações sociopolíticas do poder e da dominação. Por meio do entendimento da atuação social dessas organizações

a serviço de grupos particulares, os analistas do discurso almejam gerar mudanças nas práticas discursivas e nas demais práticas e estruturas que as sustentam. Sendo assim, a ADC realiza análises que descrevem as categorias de produção discursiva e propicia o alcance de significações profundas que oferecem outras formas de entrada à organização sociocultural.

Nessa visão, Wodak (2004, p. 226) esboça que a ADC luta para não considerar a relação entre os textos e o ambiente social como algo simplório. Ao contrário, a autora propõe uma concepção complexa, pois compreende que cada discurso é fruto da dominação e é formado e interpretado historicamente, por isso ocupa lugar no tempo e no espaço; e, com isso, construções de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que possuem poder. Com essas bases, pode-se obter análise das pressões verticalizadas e das opções de resistência às desigualdades de poder, as quais se representam na forma de convenções sociais.

Pensando na ADC e em seu papel, van Dijk (2008, p. 113-114) afirma que ela consiste em investigação analítica que se pauta, principalmente, no estudo da forma como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representadas, transmitidas e contestadas por intermédio de textos orais e escritos no contexto social. Devido a esse caráter, os analistas assumem posicionamento declarado, pois é necessário que tenham consciência de seu papel social. Com isso, eles visam compreender, desvelar e, num último ponto, colocar-se em oposição às desigualdades sociais.

Nesta seção, expomos um pouco da visão da ADC e de suas principais características que nos inserem numa nova realidade de pesquisa social crítica. Ressaltamos que nosso posicionamento se encaminha para uma prática de pesquisas e estudos em que cumpramos o papel de analistas críticos e que consigamos contribuir, de algum modo, para que práticas discursivas naturalizadas e reiteradas sejam trazidas à luz, não como meros fatos culturais, mas como fatos históricos e sociais fundamentados em discursos que nos são apresentados de modo a criar representações sociais que são pensadas e apresentadas como instrumentos de poder e de dominação.

Quando trazemos essas reflexões para o contexto de análise da inserção da mulher no ambiente político, podemos, balizados em análises, questionar, por exemplo, a quem interessa manter as mulheres longe das urnas – seja negando-lhe o direito ao voto, seja atribuindo-lhe características que as tornam pouco aptas a assumir funções sociais ditas masculinas. Partimos, aqui, da ideia de que masculino e feminino são representações sociais construídas e

que toda construção social serve a um intuito configurado por aqueles que, em cada conjuntura, têm o poder à sua disposição.

Continuando nesse trajeto, a seguir, aprofundaremos mais essa exposição ao trazermos entendimentos sobre o discurso político.

3.1 O discurso político: encenação para persuadir e seduzir

Sobre a natureza do discurso político, Charaudeau (2016, p. 2) nos situa e desperta em nós a necessidade de investigar e de compreender o discurso dos atores políticos sob a ótica social crítica, ao pontuar que

o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Explica Charaudeau (2016, p. 17) que agir sobre o outro não implica apenas um constante fazer, dizer e pensar, mas se constitui pelo anseio de ver a intenção acompanhada de efeito. Nesse processo, ocorre a obrigação do outro de se submeter ao sujeito que fala. Para esse efeito, há existência de ameaça ou de probabilidade de recompensa. A sucessão dessa ação imputa autoridade ao sujeito que fala, desde que isso seja confirmado pelo outro parceiro da interação. Assim, o sujeito-alvo ocupa uma posição de dominado e o sujeito de autoridade uma colocação de dominante, o que os leva à relação de poder. Têm-se, com isso, relações de força estabelecidas entre os sujeitos por meio da linguagem, o que promove formação do vínculo social.

O discurso político não expressa a totalidade do conceito de política. No entanto, não existe política sem discurso, este é gerador daquela. A política depende da ação e se instaura nas relações de influência social. Por sua vez, a linguagem mobilizada na forma discursiva propicia a construção de dimensões de debates, de persuasão e de sedução, nos quais se desenvolvem o pensamento e a ação política. Assim, o discurso político e a ação política estão conectados, o que expressa o porquê de se estudar questões políticas por meio do discurso (*ibidem*, p. 39).

Há, no universo da linguagem, uma dimensão na qual o discurso político se realiza e, aí, encontram-se *opinião* e *verdade*. Com isso, é estabelecida relação dialética entre *formação de opinião*, a qual manifesta julgamento reflexivo, e *verdade*, a qual se instaura pela ação e pelo ato de decisão. É, nesse espaço, que se constroem inúmeros grupos de pensamento e de ação, marcados pela noção

de “em comum”, os quais suscitam uma forma padrão de pensar e de agir compartilhada entre os participantes do grupo. Por meio dessa forma padrão, tem-se a mediação social e obtêm-se valores que ratificam o julgamento e a ação. Esses são gerados e disseminados por discurso(s), constituindo seu cimento identitário (CHARAUDEAU, 2016, p. 45).

A política, como forma de prática social, é uma dimensão em que se confrontam relações de força simbólica para apropriação e gestão de um poder. Ela só pode ser desempenhada ao instaurar-se sobre legitimidade conquistada e atribuída. Todavia, isso não é o bastante. O sujeito político tem de persuadir grande número de indivíduos e, com isso, articular opiniões com objetivo de adquirir consenso. Baseado nisso, Charaudeau (2016) revela as estratégias do discurso político:

1. *a estratégia do parecer* – o político está em dupla posição: por um lado, tem de convencer todos da importância de seu projeto político e, por outro, deve angariar o maior número de adeptos aos seus valores. Ele deve constituir para si dupla identidade discursiva: uma diz respeito ao posicionamento ideológico do sujeito no discurso; a outra se refere à identidade do sujeito na ação comunicativa. Essa identidade discursiva é esboçada pela relação *eu – nós*, uma identidade do singular-coletivo. Assim, o político materializa a voz coletiva em sua voz, ao mesmo tempo em que interage com todos como sendo o porta-voz de um *terceiro*, proclamador de um ideal social. Essa relação converge para construção de um corpo social abstrato, o *nós*, que se porta como um guia;

2. *a persuasão entre emoção e razão* – ocorre quando se analisa, no discurso político, a relação entre convicção e persuasão, ou seja, razão e emoção. A *convicção* se expressa pelo raciocínio, como produto das faculdades intelectuais, e pelo comprometimento com a verdade. A persuasão está ligada aos sentimentos e ao afeto. Ela se origina a partir de mobilizações emocionais e está voltada para o auditório;

3. *as estratégias para orientações diversas* – as estratégias discursivas, para conquistar a simpatia do público, são configuradas com base na aferição dos seguintes fatores do político: sua identidade social, o modo como apreende a opinião pública e o caminho que faz para alcançá-la; o posicionamento dos outros atores políticos, enfim, daquilo que ele julgar relevante proteger ou atacar: pessoas, ideias ou ações;

4. *a construção da imagem de si* – é a construção do *ethos* com objetivo de alcançar sucesso, baseado em uma junção de fatores: notória *temperança* em conexão com a fala e o comportamento, *circunstâncias históricas* e discernimento para *saber criar* o acontecimento. O político encontra-se num cenário oriundo da dramaturgia, que o força a constituir, para si, uma personagem, uma figura que reproduz imagem de si, o que favorece o *ethos* a ter características particulares;

5. *a dramatização do discurso* – realiza-se quando emoções expressam representações sociais construídas pela união de julgamentos, de opiniões e de apreciações, as quais podem propiciar sensações ou comportamentos e, desse modo, serem instrumentos para seduzir, ameaçar, aterrorizar e/ou arrebatam o interlocutor ou o público. É um desmembramento da persuasão, mas, agora, com recurso de dimensões do discurso cheias de afeto. Essa estratégia pode, ainda, ser subdividida em: (a) *desqualificação do adversário* – são usados diversos processos discursivos para promover desqualificação do adversário: desvalorizar ideias, mostrar consequências negativas, imprimir imagem negativa na instância adversária, manipular por meio da ironia, expor contradições; (b) *discurso subjetivo que mistura paixão e razão* – a persuasão manifestada no discurso está em conexão com a paixão, a razão e a imagem;

6. *a escolha de valores* – escolhas de valores dos políticos não são simples, elas vão ao encontro de determinados empecilhos. Além de suas próprias convicções, políticos devem abraçar outros valores que expressam o posicionamento da maioria da opinião pública;

7. *a apresentação de valores* – deve ser feita de modo que estabeleça sentido no âmbito político. Para isso, são mobilizadas condições: de *simplicidade*, como capacidade de adequar-se diante de público heterogêneo e desprovido de instrução; e de *argumentação*, quando discursos são produzidos com fundamento em raciocínios simples ou explorando a força de impacto dos argumentos;

8. *a mentira política* – todo político entende que lhe é impossível falar sobre tudo a todo o momento e expressar, com exatidão, o que ele pensa. Sua ação política se dá no tempo e no momento do discursar, de expressar suas promessas e seus compromissos. É, nesse momento, que entram o uso de estratégias discursivas que não podem parecer vagas ou desacreditadas, as quais auxiliam os políticos em suas ações. Sendo assim, instaura-se a mentira:

Um ato de linguagem que obedece três condições: (i) o sujeito falante diz, enquanto enunciador (identidade discursiva), o contrário daquilo que sabe ou julga como indivíduo pensante (identidade social); (ii) ele deve saber que aquilo que diz é contrário ao que pensa (não há, nessa perspectiva, mentira que não seja voluntária); (iii) ele deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa (CHARAUDEAU, 2016, p. 105).

Com isso, a mentira manifesta-se por: (a) *estratégia da imprecisão* – desenvolve-se por meio de declarações extremamente gerais, sutis e, até mesmo, ambíguas, para que, assim, seja difícil verificar algum erro do político ou coagi-lo por ter mentido conscientemente; (b) *estratégia de silêncio* – marcada pela ausência de pronunciamentos durante determinada situação que exigiria posicionamentos, nada é dito nem declarado. A ação é preservada em segredo. Aqui, é exercida uma estratégia que considera que anunciar o que é efetivamente realizado ocasionaria reações violentas e impediria a implantação do que é entendido como necessário para o bem da comunidade; (c) *estratégia da razão suprema* – a mentira é utilizada com intuito de disseminar a “razão do Estado”. Ela encontra apoio por promover a salvação daquilo que é identidade do povo, indo ao encontro da opinião pública e do anseio dos cidadãos; (d) *estratégia de denegação* – “é [...] quando o político, surpreendido em negócios que são objeto de uma ação na justiça, nega sua implicação ou a de um de seus colaboradores” (*ibidem*, p. 108). Dessa forma, negar equivale a mentir. No caso do político, representa ter algum tipo de envolvimento nesses negócios, ocasionando falso testemunho.

4 Uma dose homeopática de análise

A seguir, apresentamos um discurso da presidenta proferido durante a 3ª Conferência Nacional da Juventude⁶, em dezembro de 2015. Esse evento ocorria anualmente no Brasil, como parte de um processo de debate sobre o que a juventude desejava. Constitui-se como espaço para discutir, reivindicar e propor ações para os poderes públicos, mas, também, para estabelecer instrumentos de monitoramento e de ação entre as redes de organizações, com foco no controle social das políticas públicas de juventude.

Dessa forma, passemos à realização da análise linguístico-discursiva dos excertos mais significativos do discurso oficial da presidenta da República proferido naquele evento social direcionado à parcela jovem da sociedade.

⁶ Fonte: disponível em: www.juventude.gov.br/conferencia. Acesso em: 4 jun. 2016.

Eu quero começar dando um abraço a cada uma das delegadas aqui presentes. Cumprimentando as mulheres jovens e nós, mulheres não tão jovens, mas ainda jovens. E cumprimentando também os delegados.

Dilma inicia sua representação destacando e consolidando sua imagem e sua identidade pessoal de mulher experiente (“[...] Cumprimentando as mulheres jovens e nós, *mulheres não tão jovens*, mas ainda jovens [...]). É interessante notar que, nesse contexto, a presidenta atribuiu posição secundária aos homens, que são mencionados apenas no final da saudação (“[...] E cumprimentando também os delegados”), como forma de luta contra-hegemônica.

No fragmento “[...] nós, *mulheres não tão jovens*, mas ainda jovens”, há um paradoxo: por um lado, Dilma anseia representar-se como mulher experiente, que possui bagagem de conhecimento; mas, por outro lado, destaca que, ainda, se sente jovem, principalmente, para pôr em prática seu plano de governo e de defesa. Ressalte-se que o discurso se dirige às mulheres em geral, sejam elas jovens ou não, mas todas consideradas partícipes do momento social em foco. Um discurso contra-hegemônico em uma sociedade que exalta a juventude e quer, a qualquer custo, apagar a velhice.

Essa ação se respalda no exposto por Charaudeau (2016, p. 42-43) a respeito do discurso político: “Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo circunstâncias de comunicação [...]”.

Nós não vamos ter um Brasil justo, um Brasil justo, um Brasil desenvolvido, se a gente não tiver a inclusão da nossa juventude. Nós vamos ter de considerar que a juventude desse País é aquilo que o País tem de mais valioso, porque é seu presente e seu futuro.

Daí porque para nós, do governo, sempre é um momento especial as conferências. Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil. Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País construam uma vida profissional digna.

A presidenta se insere no grupo formado pela população e, assim, juntas, elas devem conceber que a juventude, a qual é a força de trabalho jovem da sociedade e a maior parcela que compõe as manifestações populares, é o bem de maior valor (“[...] Nós vamos ter de considerar que a juventude desse país é aquilo que o país tem de mais valioso, porque é seu presente e seu futuro”). Vale, ainda, mencionar que essa construção ocorre de forma crescente: o eu da presidenta é apagado para dar lugar ao nós, que se relaciona diretamente

como sinônimo do *a gente* e que é retomado na construção *nós/governo*. Esse, aparentemente simples, jogo de palavras cria duas proximidades muito caras ao discurso político: proximidade entre autoridade e povo; e proximidade entre povo e governo. Por conhecer essa verdade, ela destaca outra face do “nós” (“[...] Daí porque para *nós, do governo*, sempre é um momento especial as conferências. *Nós sabemos* que há muitas formas de mudar o Brasil”). Agora, referindo-se à equipe de governo, a qual propiciará o que os jovens precisam: educação e trabalho. Sobre essa atitude, relembramos as palavras de Charaudeau (2016, p. 16):

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível).

Mas *nós vamos mudar o Brasil* também implantando uma política de segurança que respeite os direitos dos cidadãos. [...] Portanto, que desenvolva uma sociedade a favor da diversidade e, *nesse mundo que nós vivemos*, com tanta intolerância, *nós temos de pregar a tolerância e a paz*.

No excerto “[...] Portanto, que desenvolva uma sociedade a favor da diversidade e, nesse mundo que nós vivemos, com tanta intolerância, *nós temos de pregar a tolerância e a paz*”, a representação de governante “humana” é evidenciada e legitimada, por meio da operação da persuasão que, de acordo com Charaudeau (2016), está ligada aos sentimentos, ao afeto, e se origina sobre mobilizações emocionais voltadas para o auditório. Nesse sentido, a mudança necessária é o respeito à diversidade, que trará tolerância e paz. Nesse ponto, cabe um destaque para mencionar o quanto a noção de diversidade tem sido explorada como bem a se conquistar (fato com que, obviamente, concordamos) e o quanto o termo diversidade tornou-se vago: quando a presidenta fala em diversidade, de que realmente está falando?

Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação. Reconhecendo nas redes sociais um espaço de liberdade. Defendendo também uma luta consistente por mais direitos, inclusive o direito de resposta.

As construções, elaboradas pela presidenta – “[...] *nós vamos mudar o Brasil* [...]”, “[...] *nós temos de pregar a tolerância e a paz*”, “[...] *Nós também não vamos mudar*”, “[...] *Não mudaremos o Brasil reduzindo*” e “[...] *Não mudaremos o Brasil*

ignorando” – são elucidadas no entendimento de Charaudeau (2016) sobre a questão da imagem do político. O autor afirma que o político está em dupla posição: de um lado, tem de convencer todos da importância de seu projeto de político e, por outro, deve angariar ou convencer o maior número de adeptos aos seus valores. O político deve constituir para si dupla identidade discursiva, a qual é esboçada pela relação *eu – nós*, uma identidade do singular-coletivo. Assim, ele materializa a voz de todos em sua voz, ao mesmo tempo em que interage com todos como sendo o porta-voz de um *terceiro* (junção do eu e do nós), proclamador de um ideal social. Essa relação converge para construção de um corpo social abstrato, o *nós*, portando-se como um guia.

Nós vamos mudar o Brasil ampliando a participação direta da juventude, e de suas entidades, na representação de seus interesses, [...]. *Nós vamos mudar* o Brasil fortalecendo a sua democracia, [...]. *Não mudaremos* o Brasil fechando escolas, isso é certo. [...] *Nós também não vamos mudar* o Brasil reprimindo movimentos pacíficos com forças policiais. [...] *Não mudaremos o Brasil ignorando* a epidemia de violência contra a juventude, em especial a juventude negra. [...] *Nós também não mudaremos o Brasil legislando* contra a diversidade das famílias [...]. *Não mudaremos o Brasil reduzindo* direitos conquistados pelas parcelas historicamente excluídas de nosso povo, [...]. Para mudar o Brasil *nós temos de garantir* o respeito ao voto popular direto e respeitar o resultado de eleições. [...]

Com propósito de persuadir e de convencer os cidadãos brasileiros sobre a importância de seu projeto e sua atuação política, nos excertos do discurso em exame, é notório que Dilma construiu um pensamento de oposição, uma representação com dupla face, por meio da repetição dos termos “*vamos mudar*” e “*não vamos mudar*”.

Assim, na primeira face, “*vamos mudar*”, como protagonista das ações de melhorias, suas palavras constroem um agente de mudança coletivo, um ator composto pela união de todos os brasileiros. Dessa forma, ela projeta esse ser para atuar diante das questões problemáticas daquele contexto. Na outra face, “*não vamos mudar*”, a representação realizada pela presidenta tem o propósito de ser agente regulador das ações da primeira, a de agente coletivo de mudança, e de atuar para moldar a identidade coletiva do povo, estabelecendo o que não se pode fazer. Esse processo pode ser visto por meio dos trechos: “[...] *Nós também não vamos mudar* o Brasil reprimindo...”, “[...] *Não mudaremos o Brasil reduzindo* direitos conquistados...” e “[...] *Não mudaremos o Brasil ignorando*”.

Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo. *Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos, que depois se transformam em grandes passos e depois, ainda, em pesadelos, quando a ditadura se instala. [...] lutarei contra* a interrupção ilegítima de meu mandato. Por quê? E isso por dois motivos, pelo menos dois. Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque *eu tenho um compromisso* de continuar mudando o Brasil.

A fim de fortalecer sua representação de líder política, Dilma demonstra ato de defesa em relação ao processo de seu possível afastamento. Assim, como Charaudeau (2016) exprime, há dramatização do discurso, com o qual emoções expressam representações sociais construídas pela união de julgamentos, de opiniões e de apreciações, as quais podem propiciar sensações ou comportamentos e, desse modo, serem instrumentos para seduzir, ameaçar, aterrorizar e, finalmente, arrebatar o interlocutor ou o público. É um desmembramento da persuasão, porém, agora, com recurso de dimensões do discurso que apela aos sentimentos e aos afetos.

Verificamos que o discurso de Dilma foi o meio pelo qual ela compôs a significação de seu eu, gerando para si uma representação de protagonista no cenário político, incorporando papel principal na cena da democracia, atribuindo atuação secundária e coadjuvante aos demais cidadãos brasileiros. A presidenta promove associação de fragmentos identitários em todos os níveis: pessoal ([...] Em minha juventude eu vivi e lutei [...]), social ([...] Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos [...]) e político ([...] Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil).

Repito: os que buscam atalhos para o poder não querem derrubar apenas uma mulher, querem derrubar um projeto. [...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando *minha biografia*, que é conhecida. *Sou uma mulher que lutou, amo meu país e eu sou honesta.* [...] Na verdade, querem impedir a sobrevivência desse projeto de País que estamos construindo desde 2003. Afinal, as escolhas políticas *que fizemos*, ao longo de toda essa trajetória, *nos permitiram* sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza.

De um lado, a atuação da presidenta prossegue utilizando a estratégia de representar-se como mulher (agente) sofredora, guerreira e honesta, com propósito de consolidar sua imagem de governante apta para o enfrentamento das crises ([...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não

conseguirão nada atacando *minha biografia*, que é conhecida. *Sou uma mulher que lutou, amo meu país e eu sou honesta*). Por outro lado, ela se representa como projeto de governo, incluindo a presença de seu antecessor, a fim de fortalecer sua representação presidencial, já que ela foi responsável por dar prosseguimento às ações que modificaram situações de desigualdade e de pobreza ([...] Na verdade, querem impedir a sobrevivência desse projeto de País que estamos construindo desde 2003. Afinal, as escolhas políticas *que fizemos*, ao longo de toda essa trajetória, *nos permitiram* sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza.).

Essa representação atua persuadindo os cidadãos para compreenderem uma *razão suprema* pela qual a chefe de Estado não pode ser afastada, conforme Charaudeau (2016) expõe. Assim, tal formação encontra apoio por promover a salvação daquilo que é identidade do povo, indo ao encontro da opinião pública e do anseio dos cidadãos. A governante projeta sua identidade pessoal para construir a representação de seu papel político ([...] *sou uma mulher que lutou, amo meu país e eu sou honesta* [...]), pautada no entendimento de que, mesmo sendo mulher e sofrendo as implicações que isso causou num contexto sexista e ditatorial, ela foi e, ainda, está apta para continuar exercendo protagonismo no cenário sociopolítico brasileiro.

Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude. E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nós devemos preservar [...].

O discurso político é marcado, notoriamente, pela persuasão e pela sedução, ações engendradas na representação social, assim como é demonstrada pela presidenta nessa passagem de seu discurso: “[...] *Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração* [...]”.

Essa é uma possibilidade de análise do modo como a presidenta da República constituiu sua representação social baseada no discurso a respeito da 3ª Conferência Nacional da Juventude. Vimos que, novamente, ela se apropriou da força social e da presença dos participantes do evento para tratar e posicionar-se não apenas em relação à temática da conferência, mas, também, como vítima de um processo de afastamento, que já se desenvolvia à época do evento, e como guerreira e defensora do projeto de governo dos brasileiros.

5 Da teoria para a prática: do discurso para a ação

Com a produção deste artigo, objetivamos apresentar, ainda que brevemente, a Análise de Discurso Crítica como uma teoria linguística voltada para práticas sociais nas quais ocorrem eventos sociais que resultam em textos. Esse enquadre teórico tem sido amplamente utilizado por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento como instrumental vantajoso para explicitar os meandros de práticas sociais, considerando que muitos eventos sociais são opacos e necessitam ser analisados com maior detalhamento e profundidade para que suas origens, acionamento e funcionamento sejam evidenciados. Buscamos, pois, explicitar lacunas que servem para, nas entrelinhas, nos falseamentos, nas denegações, construir identidades e reificar relações de poder.

No espectro político, não podemos subestimar uma de suas definições: política é a habilidade no relacionar-se com outros indivíduos *com objetivo de alcançar resultados desejados*. Como mostramos acima, no caso específico da atuação de mulheres na política, houve intenções e ações perpetradas no sentido de mantê-la à margem desse processo tão relevante para a construção de uma nação.

Quando, com outra lente, observamos quais os percursos podem produzir mudanças sociais que reduzam esses problemas e melhorem a qualidade de vida das pessoas, acreditamos que somente uma mudança nos discursos pode desencadear mudanças nas práticas sociais, em uma relação dialética de retroalimentação contínua, conforme propõe a ADC. Por fim, a análise empreendida pela ADC

estuda as estratégias e as estruturas de texto e de fala, a fim de descobrir os padrões de dominação e de manipulação. Esse enfoque detalha como as desigualdades são interpretadas, legitimadas e reproduzidas. Para isso, é premente entender o papel do discurso na interpretação e na reprodução da dominação social e da resistência (SILVA, 2009, p. 96).

Referências

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da Unesp, 2001.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. *Sistemas de governo no Brasil, na França e nos Estados Unidos da América*. Consultoria Legislativa. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema6/estudo-sistemas-de-governo-br-fr-e-eua>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL. Senado Federal. +*Mulher na política*: mulher, tome partido. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>>. Acesso em: set. 2016.

CAMILO, R. S. *Análise discursiva crítica da representação social de resistência da presidenta da república do Brasil em tempos de crise*. UnB, 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2016.

CARVALHO, J. M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2016.

CINTRA, A. O. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Presidencialismo e parlamentarismo: são simples as instituições? In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, New York: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Izabel Magalhães Coord. da tradução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MAGALHÃES, Isabel. Introdução: a análise de discurso. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 21, Especial, 2005.

PEDRO, Emília R. (org.). Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. *Análise Crítica do Discurso*. Uma perspectiva funcional e analítica. Lisboa: Editora Caminho, 1998.

SILVA, F. Cordelia Oliveira da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil*. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis) curso*, v. 4, Santa Catarina: Editora Unisul, 2004.